



Painel da RNP reviu o início da história da Internet

O 20º Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores (SBRC2002) foi encerrado, no dia 24 de maio, com uma sessão organizada pela RNP. Sob o lema “Iniciativa da comunidade acadêmica. Conquista nacional.” o painel “10 Anos da Internet no País”, mediado pela colunista do jornal O Globo Cristina de Luca, reuniu alguns dos envolvidos na implantação da Internet no Brasil: Alexandre Grojsgold (RNP), Carlos Afonso (Rits), Demi Getschko (Comitê Gestor da Internet), José Roberto Boisson de Marca (PUC-Rio), Liane Tarouco (UFRGS) e Michael Stanton (RNP).

A platéia ouviu atentamente os depoimentos de cada um. A satisfação geral pelos resultados obtidos era nítida. Contudo, a mensagem final, compartilhada por todos, dirigia-se ao futuro, no sentido de que ainda existe muito a ser feito. A universalização do acesso, com seus conseqüentes benefícios sociais, foi reconhecida como o principal desafio a ser enfrentado.

Em 1992, durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92, no Rio de Janeiro, foi disponibilizada uma infraestrutura de acesso à Internet para servir de alternativa aos milhares de jornalistas internacionais que cobriam o evento e precisavam se comunicar com suas redações de origem. Em paralelo, a RNP já espalhava pelo país os primeiros Pontos de Presença do seu backbone.

Até meados daquele ano, apenas algumas instituições acadêmicas (USP, UFRGS, LNCC, PUC-Rio) tinham acesso à Internet. Utilizavam três conexões internacionais. Duas partiam do Rio de Janeiro e uma de São Paulo e conectavam-se a instituições acadêmicas norte-americanas. Contudo, todas eram de baixa velocidade (uma de 9.600 bps e duas de 4.800 bps) e serviam, apenas, ao uso experimental e troca de mensagens (e-mail). Em junho, quando a ECO-92 foi aberta, inaugurou-se a utilização da Internet por um público não-acadêmico através dos serviços da Rede Rio e do Alternex (serviço de comunicação montado pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), que utilizavam um canal de transmissão de 64 Kbps. Além disso, o acesso era ampliado para outros estados fora do eixo RJ-SP, via a RNP. Esse foi o marco comemorado durante o SBRC. O professor Michael Stanton conta essa história com mais detalhes em [artigo](#) publicado em abril deste ano no Estado de S. Paulo. Ele mesmo abriu a sessão:

“Somos tecnólogos libertários”, comentou, ao lembrar que, nos primórdios, quando procurou a Embratel para contratar serviços de transmissão de dados utilizando o protocolo IP, obteve como resposta:

“Por que fazer uma coisa diferente do que já fazemos?”

No final da década de 80, Michael era responsável pelo centro de processamento de dados da PUC-Rio e participou ativamente da montagem das redes Bitnet e Internet no país. Naquela época, a Embratel oferecia os seguintes serviços de comunicação de dados: linhas privadas, com taxas de transmissão entre 300 e 9600 bps; um serviço comutado de dados chamado RENPAC, com acesso X.25 e X.28 a taxas até 9.600 bps; e serviço via satélite.



Excesso de regulação

Alexandre Grojsgold lembrou da luta travada contra o excesso de regulação. Havia o monopólio estatal no setor das telecomunicações, a lei de informática e a orientação da Secretaria Especial de Informática (SEI) para a adoção do OSI (open system interconnection), uma padrão ISO para a comunicação de dados em redes de computadores, no país. Tudo isso foi contornado e superado.

“A Internet é neutra. Flui sem controle, sem censura, sem restrição. Não é necessário autorização para que se façam as coisas”, concluiu Alexandre. Ele participou da implantação do primeiro nó Bitnet no Brasil, em 1988, e da criação da Rede Rio, em 1992.

Liane Tarouco, autora do primeiro livro sobre redes no país em 1977 e coordenadora da implantação da Rede Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia (Rede Tchê), do Rio Grande do Sul, revelou que era uma das defensoras do padrão OSI, reconhecendo que, felizmente, cedeu e rendeu-se ao protocolo IP.

Demi Getschko foi o responsável pela criação da Rede ANSP (na Academic Network at São Paulo), conectando-a ao exterior pela primeira vez em 1988, e coordenador de operações da RNP entre 1990 e 1996. Atualmente é membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CG) e responsável pelo Registro.br. Ele explicou que o acesso à Internet não é um serviço de telecomunicações, mas sim de valor agregado. Daí a importância da política traçada em 95 para a abertura comercial do setor.

“Logo que a Embratel anunciou o serviço de acesso à Internet, a fila de interessados cresceu rapidamente. A preocupação era evitar que se formasse um monopólio nessa área.”

Comunidades virtuais

José Roberto Boisson foi o responsável pela oficialização do projeto RNP na condição de diretor do CNPq, em 1989. Ele destacou o caráter de pioneirismo que marcou o surgimento da Internet no Brasil.

“Vimos o desenvolvimento de uma tecnologia por uma comunidade, e não por uma empresa ou um grupo.”

Boisson foi o único a apresentar uma reclamação. Revelou que tem tido dificuldades para gerenciar seu tempo por causa da inundação de informações que a Internet promove. Liane, que falou a seguir, contestou, alegando que a inédita facilidade de se atender a uma demanda de informação a partir do surgimento da Internet compensa qualquer dificuldade que ela possa criar. Saudosamente, ela recordou o tempo em que utilizava o gopher, sistema de informação que caiu em desuso após o surgimento da world wide web. Ainda no tom saudosista, lembrou das primeiras comunidades virtuais brasileiras, que se formaram em torno das listas Brasnet e Redes-L.

Sobre comunidades virtuais, Carlos Afonso, criador do Alternex (BBS do Ibase e primeiro provedor brasileiro de acesso público à Internet), era o convidado que mais tinha o quê dizer. Atualmente, ele é diretor de Desenvolvimento Tecnológico da Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) e trabalha em prol da democratização do acesso da população à Internet.



“São dois mundos distintos que se cruzaram numa história recente.”

Segundo ele, no fim da ditadura militar, as comunidades precursoras das organizações não governamentais brasileiras tinham uma forte necessidade de trocar informações com outros países sobre direitos humanos, meio ambiente etc. As redes de pacotes foram a primeira alternativa usada, até que encontraram a Internet.

“O grande desafio é o acesso universal”, enfatizou, ao comentar que websites governamentais, como o do Ministério da Saúde, por exemplo, são totalmente inadequados à questão da acessibilidade digital.

Ao final dos depoimentos houve tempo para uma rápida participação da platéia. Antes de encerrar os trabalhos, houve um pedido para que a próxima edição do SBRC dedicasse um espaço especial às discussões para a ampliação do acesso da população às conquistas nessa área.

(Fonte: [RNP Notícias](#), 7/6/2002)

Date Created

14/06/2002